

Energia longe da política garante expansão do PIB

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, cumprindo sua tarefa de tranquilizar o mercado frente às turbulências da economia norte-americana, afirmou que o Brasil pode até ser menos afetado que outros países, "pois o crescimento hoje é impulsionado pela demanda interna". E concluiu: "O Brasil vai bem e está menos dependente dos mercados internacionais".

Esta é uma interpretação algo polêmica da realidade, porém é preciso reconhecer que Meirelles escolheu um momento favorável para sua afirmação. Ontem, foi divulgada a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, mostrando sólido crescimento desse setor. Entre janeiro e novembro de 2007 a expansão das vendas foi de 9,7%, o melhor resultado desde 2001, quando o instituto iniciou a série histórica da pesquisa. Esse índice é o melhor desde o recorde de 2004, quando as vendas no varejo cresceram 9,3%. Se a comparação de novembro de 2007 é feita com o mesmo mês de 2006, o salto nas vendas do comércio é de 9,9%.

Os técnicos do IBGE responsáveis pela pesquisa explicaram esse bom resultado pelas condições conjunturais muito favoráveis à atividade ao longo do ano passado, em especial a maior oferta de crédito, a queda do dólar (que impulsionou o comércio importador), o aumento da renda do trabalhador, a inserção das camadas C e D no mercado consumidor, sem esquecer, obviamente, a expansão das taxas de emprego. Merece registro que a base de comparação para o crescimento de 2007 é alta, pois o recorde de 2004 foi obtido na comparação com os três anos anteriores, que enfrentaram seguidas quedas de venda. Ao contrário, em 2006, o comércio já apresentara forte viés de alta nas vendas.

Essé é o ponto relevante nesse movimento do comércio varejista. A alta no varejo tem significativo poder de impulsionar o PIB. Em 2006, quando o comércio avançou apenas 5,3%, o PIB apresentou aumento de 3,8%. No ano passado, com a expansão das vendas superiores a 9%, o PIB, com certeza terá um crescimento superior aos 5,3%. É fato que esses números tão favoráveis no varejo acompanhavam a forte confiança do consumidor ao longo do ano passado, como diferentes sondagens demonstraram. A pergunta essencial dos agentes econômicos brasileiros é se essa confiança perdurará em 2008. Alguns sinais favoráveis já foram detectados e, de novo, em torno da atividade comercial. O Serviço Central de Proteção ao

Crédito (SCPC) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) divulgou que na primeira quinzena de janeiro o varejo apresentou expansão de 6,9% em relação ao mesmo período de 2006. Já as consultas do SCPC Cheque cresceram 8,8%, provocando um movimento médio 7,8% maior que o registrado nos primeiros quinze dias de 2006. Os índices da ACSP mostram que esses índices de movimento são os mesmos obtidos em dezembro, uma forte indicação de que o movimento de vendas permanece com bom fôlego.

Esse fato sugere que a pujança interna da economia brasileira pode ser suficientemente consistente ao longo deste ano. Expectativa tão promissora, no entanto, exige atitude responsável do Estado quanto ao oferecimento de condições para que esses bons prognósticos se transformem em dados reais. Nesse aspecto, a primeira preocupação se volta para a oferta de energia. Estudo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), divulgado ontem, mostrou que o Brasil já enfrenta um desequilíbrio entre oferta e demanda de energia. O estudo, elaborado a partir de relatórios do Operador Nacional do Sistema Elétrico, indica que a energia assegurada (o que será vendido em contrato) está em 6.400 megawatts médios, abaixo do que foi previsto. A Abrace mostrou que entre 2006 e 2007 a demanda de energia avançou 7,9%, enquanto a garantia física de oferta de energia recuou no mesmo período 9,4%.

Esse quadro indica a absoluta necessidade do governo de evitar qualquer tratamento político para as questões que envolvem o setor elétrico no País. É preciso ter sempre presente que apenas o orçamento das companhias elétricas devem representar em 2008 mais de R\$ 5,8 bilhões. Os recursos destinados a essa área, além da óbvia importância estratégica do setor elétrico, já fizeram com que o Ministério das Minas e Energia, ao longo da atual administração, tomasse dimensões tão ou mais relevantes que as do Ministério da Fazenda, por exemplo. Competições políticas por postos no setor elétrico e embates partidários pela posse das diretorias colocam em risco o perfil de crescimento da economia brasileira já neste ano. O governo federal tem o dever de zelar para que não falem as condições necessárias para que a fábrica possa atender ao varejo e não fruste a confiança que o consumidor preserva. Nesse caso, questões políticas precisam ficar bem longe da geração e distribuição de energia. Para o bem de todos.